



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I

DECRETO Nº 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CVIII — Nº 131

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1970

DECRETO Nº 66.370 — DE 15 DE JULHO DE 1970

Autoriza o funcionamento da Escola de Odontologia de Volta Redonda, R. J.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 342, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº ... CFE — 63 de 1970, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Escola de Odontologia de Volta Redonda, mantida pela Fundação "Oswaldo Aranha", na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Jarbas G. Passarinho
(Nº 2.569-B — 15-7-70 — Cr\$ 13,00)

DECRETO Nº 66.371 — DE 15 DE JULHO DE 1970

Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubatuba, M. G.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 342, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº ... 102.829 de 1970, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubatuba, com os Cursos de História, Pedagogia, Matemática e Letras (Português-Francês e Português-Inglês), na cidade de Ubatuba, mantida pela Fundação "Presidente Antônio Carlos", de Barbacena, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Jarbas G. Passarinho
(Nº 2.574-B — 15-7-70 — Cr\$ 15,00)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 66.372 — DE 15 DE JULHO DE 1970

Promulga o Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Índia.

O Presidente da República, havendo sido aprovado, pelo Decreto-lei nº 642, de 1969, o Acordo de Cooperação Cultural concluído entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Índia e assinado no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1968;

E havendo o referido Acordo, de conformidade com seu artigo XIII, entrado em vigor a 23 de junho de 1970;

Decreta que o mesmo, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Brasília, 15 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Jorge de Carvalho e Silva

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA ÍNDIA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia,

Inspirados no mútuo desejo de estabelecer e desenvolver mais estreitamente as relações culturais entre os dois países no espírito dos altos ideais da Constituição da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura e

Desejosos de promover e desenvolver por todos os meios possíveis essas relações e entendimento entre a Índia e o Brasil, especialmente no domínio da cultura, arte, ciência, tecnologia e educação,

Resolveram concluir o seguinte Acordo Cultural e para esse fim nomearam seus respectivos Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor José de Magalhães Finto, Ministro das Relações Exteriores,

O Presidente da República da Índia, Sua Excelência a Senhora Indira Gandhi, Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores.

ARTIGO I

As Partes Contratantes esforçar-se-ão em promover e estimular a cooperação entre universidades, academias, escolas e instituições de alto nível,

técnicas, científicas e artísticas, laboratórios e institutos de pesquisas, bibliotecas e museus. Para atingir esse objetivo, as Partes Contratantes estimularão, de acordo com suas respectivas legislações internas:

- a) o intercâmbio de representantes e delegações nas áreas de cultura, educação, ciência e artes; e
- b) o intercâmbio de material cultural, científico e educacional, tradução e intercâmbio de livros, jornais e outras publicações culturais, científicas e técnicas e intercâmbio de modelos de espécimens arqueológicos, na medida do possível.

ARTIGO II

As Partes Contratantes estimularão:

- a) visitas recíprocas de professores e técnicos a fim de realizarem conferências e ministrarem cursos especiais;
- b) visitas recíprocas de representantes de associações e organizações literárias, científicas, técnicas, artísticas e jornalísticas, bem como participação em congressos.

ARTIGO III

Cada uma das Partes Contratantes concederá bolsas de estudo de pós-graduação a estudantes nacionais do outro país, nos campos cultural, científico, técnico e educacional.

ARTIGO IV

Cada Parte Contratante encorajará o intercâmbio de exposições científicas, técnicas e artísticas.

ARTIGO V

Ambas as Partes Contratantes estimularão a disseminação da cultura da outra Parte através do rádio, imprensa e outros meios de comunicação de massas.

ARTIGO VI

Ambas as Partes Contratantes estimularão o intercâmbio no campo dos esportes e da educação física.

ARTIGO VII

Ambas as Partes Contratantes facilitarão o intercâmbio nos seguintes campos:

- a) representações artísticas;
- b) participação em festivais internacionais de filmes, de ambas as Partes;
- c) filmes, documentários, programas de rádio, televisão e gravações em discos e fitas magnéticas.

ARTIGO VIII

Dada Parte Contratante esforçar-se-á para assegurar que os livros didáticos e outras publicações educacionais utilizadas por estabelecimentos de ensino não contenham erros ou deturpações sobre a outra Parte.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes oferecerão seus bons ofícios no sentido de facilitar o mútuo reconhecimento, por universidades e outras autoridades de ensino dos dois países, dos títulos, diplomas e certificados emitidos de acordo com as leis vigentes em cada país.

ARTIGO X

O Governo da Índia facilitará e encorajará o estudo da história e literatura do Brasil nas universidades e estabelecimentos de ensino superior da Índia, bem como facilitará e encorajará a fundação de centros de estudos brasileiros em seu território.

O Governo do Brasil facilitará e encorajará o ensino da literatura e história da Índia em universidades e estabelecimentos de ensino superior do Brasil, bem como facilitará e encorajará a fundação de centros de estudos indianos em seu território.

ARTIGO XI

Para velar pela aplicação do presente Acordo será oportunamente criada uma Comissão Mista composta de três representantes de cada uma das Partes Contratantes, a qual se reunirá pelo menos uma vez cada dois anos, alternadamente em Nova Delhi e no Rio de Janeiro. Na mencionada Comissão Mista poderão ser incluídos representantes de outros Ministérios da Parte Contratante em cujo território se realizar a reunião, uma vez que sejam parte interessada na implementação do presente Acordo, bem como membros da Missão Diplomática da outra Parte.

Caberá à Comissão Mista:

- a) rever, periodicamente, o funcionamento do Acordo nos dois países;
- b) aconselhar os Governos interessados quanto à execução do Acordo em seus países;
- c) formular programas de intercâmbio cultural, científico e educacional, bem como acompanhar seu andamento;
- d) recomendar às Partes assuntos de interesse mútuo e recíproco, nos limites do presente Acordo; e
- e) aconselhar o Governo interessado quanto aos meios mais adequados para a melhoria da execução do mesmo.

ARTIGO XII

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a troca das

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE I

Órgão destinado à publicação dos atos da administração centralizada

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Semestre	Cr\$ 18,00	Semestre	Cr\$ 13,50
Ano	Cr\$ 36,00	Ano	Cr\$ 27,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 39,00	Ano	Cr\$ 30,00
PORTE AEREO			
Semestre	Cr\$ 102,00	Ano	Cr\$ 204,00

NÚMERO AVULSO

— O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,01, se do mesmo ano, e de Cr\$ 0,01 por ano, se de anos anteriores.

cheque ou vale postal, em favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional. Quanto ao contrato de porte aéreo, em favor da Delegacia Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília.

6) No caso de porte aéreo para localidade não servida por esse meio de transporte, a Delegacia Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília se obriga a completar o encaminhamento ao destinatário por outras vias, independentemente de acréscimo no preço.

7) A Delegacia Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília reserva-se o direito de reajustar os seus preços, no caso de elevação de tarifas comerciais aéreas, mediante aviso-prévio aos assinantes.

8) Os prazos da assinatura e do porte aéreo poderão ser semestral ou anual e se iniciará sempre no primeiro dia útil do mês subsequente. O prazo das assinaturas para o Exterior é somente anual e não haverá transporte por via aérea.

9) A renovação deverá ser solicitada com antecedência de 30 dias do vencimento da assinatura e do porte aéreo. Vencidos, serão suspensos independentemente de aviso-prévio.

10) Para receberem os suplementos às edições dos órgãos oficiais, os assinantes deverão solicitá-los no ato da assinatura.

1) O expediente das repartições públicas, destinado à publicação, será recebido na Seção de Comunicações até às 17 horas. O atendimento do público pela Seção de Redação será de 12 às 18 horas.

2) Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço duplo, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo 22x33 centímetros, sem emendas ou rasuras que dificultem a sua compreensão, em especial, quando contiverem tabelas.

Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D.I.N.

3) As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, serão encaminhadas, por escrito, à Seção de Redação até o quinto dia útil subsequente à publicação.

4) As assinaturas serão tomadas no D.I.N. O transporte por via aérea será contratado separadamente com a Delegacia da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília. Esta poderá se encarregar também de encaminhar o pedido de assinatura ao D.I.N. Neste caso, o assinante dirigirá ao D.I.N. o pedido de assinatura e o pagamento do valor correspondente, na forma do item seguinte.

5) A remessa de valores para assinatura, que será acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação, será feita somente por

instrumentos de Ratificação, a efetuar-se na cidade de Nova Deli, e sua vigência durará até seis meses a partir da data da notificação por escrito da intenção de uma das Partes. Contratantes de denunciar o Acordo.

Em fe do que, os plenipotenciários acima nomeados firmam o presente Acordo e nele põem seus respectivos selos.

Feito em duplicata, no Rio de Janeiro, aos vinte e três dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e oito (correspondente ao primeiro dia de Asvina do ano Saka mil oitocentos e noventa), em português hindu e inglês, todos os textos igualmente autênticos exceto em caso de dúvida, quando prevalecerá o texto em inglês. Pelo Governo da República Federativa do Brasil: *Jose de Magalhães Pinto.*

Pelo Governo da Índia: *Indira Gandhi.*

DECRETO Nº 66.873 — DE 15 DE JULHO DE 1970

Dá nova redação ao artigo 6º do Regulamento para a Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, transforma cargo em comissão e funções gratificadas em cargo em comissão e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, Decreta:

Art. 1º O artigo 6º do Regulamento para a Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 66.251, de 23 de fevereiro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O Regimento Interno da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha preverá suas funções gratificadas, a fim de serem criadas na conformidade da legislação em vigor."

Art. 2º Para atender à nova organização da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, estabelecida pelo Regulamento aprovado pelo Decreto nº

66.251, de 23 de fevereiro de 1970, e baixado de conformidade com o Decreto nº 62.860, de 16 de junho de 1969, que estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha, ficam transformados:

a) o cargo de Vice-Diretor da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, símbolo 4-C, previsto no artigo 9º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 66.251, de 23 de fevereiro de 1970, em Vice-Diretor da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, símbolo 2-C;

b) em cargos de provimento em comissão, as seguintes funções gratificadas:

I — de Chefe da Seção Administrativa da Divisão do Pessoal Civil da Secretaria-Geral da Marinha, símbolo J-F, criada pelo Decreto nº 49.593, de 27 de dezembro de 1960, em Chefe do Departamento de Planejamento da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, símbolo 4-C.

II — de Chefe da Seção de Lotação e Promoção da Divisão do Pessoal Civil da Secretaria-Geral da Marinha, símbolo 4-F, criada pelo Decreto nº 62.164, de 28 de junho de 1963, em Chefe do Departamento de Carreira da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, símbolo 4-C.

III — de Chefe da Seção de Direitos e Vantagens da Divisão do Pessoal Civil da Secretaria-Geral da Marinha, símbolo 4-F, criada pelo Decreto nº 62.164, de 28 de junho de 1963, em Chefe do Departamento de Regime Jurídico da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, símbolo 4-C.

e) a função gratificada de Secretário do Diretor da Divisão do Pessoal Civil da Secretaria-Geral da Marinha, símbolo 11-F, criada pelo Decreto nº 49.593, de 27 de dezembro de 1960, em Secretário do Vice-Diretor da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, símbolo 8-F.

Art. 3º As despesas com a execução deste Decreto serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Marinha.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMILIO G. MÊDICI

Adalberto de Barros Nunes

Mario David Andreazza

DECRETO Nº 66.874 — DE 15 DE JULHO DE 1970

Redistribui, com os respectivos ocupantes, para o Quadro de Pessoal — Parte Especial — do Ministério da Marinha, cargos originários do extinto Serviço de Navegação da Bacia do Prata e das outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, § 2º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreta:

Art. 1º Ficam redistribuídos, no Quadro de Pessoal — Parte Especial — do Ministério da Marinha, com os respectivos cargos, integrantes do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar — do Ministério dos Transportes (Decreto nº 61.988, de 28 de dezembro de 1967), os servidores autárquicos:

Tatfeiro-Mercante — Cr\$ 335,42

Miguel de Souza Carvalho

Admir Conceição da Costa Dias

Mario de Souza

Marinho-Mercante — Cr\$ 378,80

Aniceto da Silva

Antonio Pinheiro de Queiroz

Jersey Victor da Silva

Pedro de Carvalho

Marinho-Mercante — Cr\$ 393,26

Sebastião Samaniego Filho

Mogo de Conves — Cr\$ 335,42

Ranulpho dos Santos Galeano

Nelson Domingos

Simião Fernandes

Alvaro Rodrigues de Souza

2º Costeiro-Mercante — Cr\$ 378,80

Ernesto Francisco Cardoso

Arrelus Reglus de Sant'Anna

Foguista-Mercante — Cr\$ 407,73

Hipólito Augusto Xavier

Praticante de Reparo e Construção

Naval de 2ª Classe — Cr\$ 315,30

João Garcia

Art. 2º O Ministério dos Transportes, remeterá ao órgão de Pessoal do Ministério da Marinha, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste decreto, os assentamentos individuais dos funcionários movimentados por força do disposto neste ato.

Art. 3º O disposto neste decreto não homologa situação que, em virtude de sindicância, inquerito administrativo ou revisão de enquadramento, venha a ser considerada nula, ilegal ou contrária às normas administrativas aplicáveis à espécie.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMILIO G. MÊDICI

Adalberto de Barros Nunes

(*) DECRETO Nº 66.058 — DE 13 DE JANEIRO DE 1970

Aprova a Constituição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — C.P.R.M. e dá outras providências. (Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 14 de janeiro de 1970).

Retificação

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS — C.P.R.M. Ata da Assembleia de Constituição, realizada aos oito dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta. Aos oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta, As

(*) Republica-se a Ata por ter saído com incorreções no Diário Oficial de 14 de janeiro de 1970.